PESCA DESPORTIVA EM ALBUFEIRAS DO CENTRO E SUL DE PORTUGAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A REDUÇÃO DA EUTROFIZAÇÃO POR BIOMANIPULAÇÃO

Relatório Final de Protocolo de Investigação

Lisboa, Outubro 2010
EQUIPA TÉCNICA

Profª Maria Teresa Ferreira (Coordenadora), ISA
Engº Adolfo Franco, AFN
Engª Susana Amaral, ISA
Engº António Albuquerque, ISA

Com a colaboração do Prof Ramiro Neves (IST)
Engº David Brito (IST)
Índice

Índice de Figuras ........................................................................................................................................ iii
Índice de Gráficos ....................................................................................................................................... iv

Capítulo II. Caracterização da Pesca Recreativa nas águas interiores em Portugal Continental - Pesca
Lúdica e Desportiva

2.1. Introdução ........................................................................................................................................... II.1
2.2. A Pesca Recreativa – Pesca Lúdica e Pesca Desportiva ................................................................. II.2
2.3. Benefícios sociais e económicos da pesca recreativa .................................................................... II.4
2.4. Caracterização dos pescadores recreativos ..................................................................................... II.8
2.5. Despesas dos pescadores recreativos ............................................................................................... II.12
2.6. Provas de pesca lúdica e desportiva ................................................................................................. II.13
2.7. A prática da pesca recreativa – locais preferenciais; espécies apelativas; especialização na
prática; etc. ................................................................................................................................................ II.18
2.8. Ordenamento dos recursos aquícolas ............................................................................................... II.25
2.9. Considerações finais .......................................................................................................................... II.31
2.10. Bibliografia ..................................................................................................................................... II.32
Índice de Figuras

Figura 2.1. Equipamentos e materiais utilizados por um pescador desportivo; 53.º Campeonato do Mundo de Seniores – Rio Mondego, Penacova................................................................. II.2
Figura 2.2. Praticantes de pesca lúdica – Albufeira de Monte Novo.................................................. II.3
Figura 2.3. Prova de pesca lúdica – Albufeira do Maranhão .............................................................. II.3
Figura 2.4. Prova de pesca desportiva; 1.º Campeonato do Mundo de Veteranos – Rio Tâmega, Chaves.................................................................................................................. II.4
Figura 2.5. Prova de pesca desportiva; Campeonato Nacional de Clubes da Zona Norte – Rio Mondego, Penacova........................................................................................................ II.4
Figura 2.6. Comércio de equipamento e material de pesca, revistas, DVD’s, livros........................ II.5
Figura 2.7. Alguns dos equipamentos adquiridos pelos pescadores desportivos – equipamentos mais modernos e mais dispendiosos .................................................................................. II.7
Figura 2.8. Pescador lúdico – Albufeira do Divor............................................................................. II.7
Figura 2.9. Pescador desportivo no rio Alva – Mulcelão, Arganil..................................................... II.8
Figura 2.10. Momento de convívio e de camaradagem entre praticantes de pesca recreativa – Albufeira do Divor ........................................................................................................ II.8
Figura 2.11. Equipa feminina que participou no Campeonato do Mundo de Senhoras em 2008 ........ II.9
Figura 2.13. Pescador, reformado, durante o seu momento de lazer – Albufeira de Vale do Gaio ...... II.10
Figura 2.15. Pescadores lúdicos, em Montemor-o-Velho, durante o fim-de-semana ......................... II.10
Figura 2.16. Participantes no Campeonato de Pesca à Carpa – Albufeira de Montargil.................... II.11
Figura 2.17. Concessão de Pesca Desportiva do Rio Torto – Cativelos, Gouveia............................. II.11
Figura 2.18. Equipamento de pesca (cana, panier (banco), recipientes para engodo e iscos, suportes diversos, manga, camaroeiro, etc.).......................................................... II.12
Figura 2.19. Pescadores lúdicos com embarcação – Barragem da Augiura........................................ II.12
Figura 2.20. Alguns iscos e engodos utilizados pelos pescadores (ver-de-vase, asticof, farinhas)....... II.13
Figura 2.21. Bóias, anzóis, kits para as canas, e outros materiais ............................................. II.13
Figura 2.22. Cartaz alusivo a prova de pesca lúdica .......................................................................... II.14
Figura 2.23. Tabela com historial dos Campeonatos Mundiais de Pesca que decorreram em Portugal por modalidade, de 1987 a 2009 ............................................................... II.15
Figura 2.24. Campeonato do Mundo de Veteranos – Rio Tâmega, Chaves........................................ II.15
Figura 2.25. 53.º Campeonato do Mundo de Seniores Masculinos de Água Doce – Rio Mondego, Chaves............................................................................................................. II.16
Figura 2.26. 8.º Campeonato do Mundo de Pesca à Carpa – Albufeira de Montargil..................... II.16
Figura 2.27. Campeonato do Mundo de Pesca à Pluma Júnior – Rio Mondego, Penacova............. II.16
Figura 2.28. Campeonato Nacional de Pesca à Pluma Sénior – Barragem do Lagoacho, Serra da Estrela.............................................................. II.17
Figura 2.29. Campeonato Nacional de Deficientes – Rio Mondego, Montemor-o-Velho.............. II.17
Figura 2.30. Campeonato Regional Individual – Rio Tâmega, Cavez................................................. II.17
Figura 2.31. Barbos (Barbus bocagei) no rio Tâmega, em Chaves, e exemplar capturado durante o 1.º Campeonato do Mundo de Veteranos .......................................................... II.18
Figura 2.32. Carpa (Cyprinus carpio) capturada na albufeira dos Patudos, em Alpiarça.................. II.18
Figura 2.33. Carapeta – Albufeira do Maranhão, local escolhido para a realização de algumas provas de pesca.......................................................................................................... II.19
Figura 2.34. Concessão de Pesca Desportiva da Albufeira do Alto Câvado – Sezelhe, Montalegre... II.19
Figura 2.35. Massa de água poluída, o que torna local menos apelativo para os pescadores – Rio Mondego............................................................................................................. II.19
Figura 2.36. Margens da albufeira de Montargil e albufeira do Divor, respectivamente ............... II.20
Figura 2.37. Margens do rio Alva e do rio Sôrdo, respectivamente ............................................. II.20
Figura 2.38. Concessão de Pesca Desportiva do Rio Tâmega (pista de pesca de Cavês) – Cavês, Cabeceiras de Basto.......................................................... II.21
Figura 2.39. Carpa, capturada na Desportiva de Monte Novo, e achiqá (Micropterus salmoides)..... II.22
Figura 2.40. Truta arco-íris (Oncorhynchus mykiss) a ser medida, para depois ser devolvida à água; Campeonato Nacional de Pesca à Pluma Sénior – Barragem do Lagoacho, Serra da Estrela............................................................................................................. II.22
Figura 2.41. Publicidade a uma edição especial dedicada à pesca em águas interiores de uma das revistas de pesca portuguesas (in Mais pesca, 17).......................................................... II.23
Figura 2.42. Equipamento para pesca à pluma – algumas placas (isco) e canas com diferentes carretos .................................................................................................................. II.23
Figura 2.43. Equipamento e materiais para uma prova de enduro de pesca à carpa (carpfishing) – Albufeira de Montargil.......................................................... II.24
Figura 2.44. Pesagem dos peixes capturados e devolução à água..................................................... II.24
Figura 2.45. Manga utilizada para mantém o peixe ao longo da prova; é colocada parcialmente imersa de forma a conservar as capturas em boas condições .......................... II.25
Figura 2.46. Devolução da truta capturada, em boas condições de sobrevivência .......................................................... II.25
Figura 2.47. Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Rabagão – Pisões, Montalegre......................................................... II.25
Figura 2.48. Olival nas margens da albufeira do Maranhão – Benavila, Avis ................................................................. II.26
Figura 2.49. Fragmentação dos cursos de água................................................................................................................ II.26
Figura 2.50. Peixe-gato-negro (*Ameiurus melas*) capturado na albufeira de Montargil; espécie exótica presente em diversas massas de água, muito tolerante à poluição .......................................................... II.26
Figura 2.51. Exemplar de lucioperca (*Sander luciperca*), e um alburno ou ablete (*Alburnus alburnus*) juntamente com um exemplar de perca-sol (*Lepomis gibbosus*), respectivamente; três espécies exóticas presentes nas nossas massas de água .................................................................................. II.27
Figura 2.52. Diversidade de habitats e ictiofauna ............................................................................................................... II.28
Figura 2.53. Pescadores lúdicos durante uma tarde de lazer – Rio Tâmega, Ponte de Cazes .......................................... II.28
Figura 2.54. Modelo das placas de sinalização para zonas de águas particulares, zonas de pesca reservada, zonas de pesca proibida (zona de protecção) e zonas de concessão de pesca desportiva, respectivamente .................................................. II.29

Índice de Gráficos

Gráfico 2.1. Número de licenças de pesca desportiva de águas interiores vendidas, de 1980 a 2009 ..... II.5
Gráfico 2.2. Percentagem de Licenças Nacionais, Regionais e Concelhias adquiridas, de 1980 a 2009 .................................................................................................................................................. II.6
Gráfico 2.3. Percentagem de provas de pesca realizadas em rios e em albufeiras (dados de 2006 a 2009) .................................................................................................................................................. II.20
Gráfico 2.4. Massas de água com o mínimo de 2 provas de pesca realizadas por ano (de 2006 a 2009) .................................................................................................................................................. II.21
Gráfico 2.5. Grupos de entidades concessionárias existentes até Abril de 2008 ......................................................... II.30
Gráfico 2.6. Número de concessões de pesca desportiva, por região e tipo de massa de água, existentes em Abril de 2008 ............................................................................................................... II.30
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

II.1 Capítulo II. Caracterização da Pesca Recreativa nas águas interiores em Portugal Continental – Pesca Lúdica e Desportiva

A pesca de carácter recreativo nas águas interiores, considerando a vertente lúdica e desportiva, é uma actividade de lazer com relativa importância em Portugal Continental, e que tem vindo a angariar novos praticantes, de forma diversificada. Ao longo do ano de 2009 registaram-se perto de 219 mil pescadores detentores de licença de pesca desportiva para águas interiores. Com o presente trabalho, pretende-se dar a conhecer alguns aspectos respeitantes ao universo desta prática desportiva no nosso país.

2.1. Introdução

Em Portugal continental, as massas de água superficiais representam uma área aproximada de 150 mil hectares, ostentando, na sua generalidade, capacidade de suportar vida aquática e elevadas potencialidades para a presença de diversas espécies aquícolas, as quais constituem um valioso recurso natural, quer do ponto de vista económico, quer social e cultural, devendo a sua gestão, protecção, conservação e utilização ser, prudentemente, orientadas pelos princípios da sustentabilidade e da manutenção da sua biodiversidade (DGF – DPAI, 2001).

Tal como é mencionado por Robert Arlinghaus (2008) no seu trabalho *Code of Practice for Recreational Fisheries*, realizado para a Comissão Europeia Consultiva das Pescas nas Águas Interiores (European Inland Fisheries Advisory Commission – EIFAC), a pesca de carácter recreativo constitui um dos usos dominantes, ou até mesmo exclusivo, de muitos dos recursos aquícolas das águas interiores, particularmente nos países industrializados que integram a EIFAC, denotando-se, igualmente, um acréscimo da sua importância nas economias em transição e em muitas das nações em desenvolvimento.

* Para efeitos bibliográficos o presente capítulo deve ser citado como:

Em Portugal Continental, a pesca recreativa é uma actividade de lazer importante que reúne perto de 219 mil praticantes (valor relativo ao ano de 2009) e que, nos últimos tempos, tem sofrido algumas alterações, condicionadas em grande parte por perturbações de carácter antropogénico dos recursos hídricos, entre as quais salientam-se (Cambray, 2003; Collares-Pereira e Cowx, 2004; Lewin et al., 2006; Cowx et al., 2010): a poluição do meio; eutrofização e acidificação das massas de água; represamento dos rios; degradação e fragmentação de habitats; introdução de espécies exóticas; desflorestação; super-exploração dos recursos.

Para além destas condicionantes, esta actividade recreativa é, igualmente, influenciada por uma série de outros factores, entre os quais destacam-se: legislação; motivação dos praticantes; aquisição de material; a destreza do pescador; as distâncias que os participantes têm de percorrer para participarem em eventos, ou simplesmente para pescarem a nível individual; a acessibilidade dos locais; condições de foro económico e de índole ambiental – estação do ano, condições climatéricas, condições das massas de água, ecologia das espécies alvo.

2.2. A Pesca Recreativa – Pesca Lúdica e Pesca Desportiva

A 6 de Junho de 1959 foi publicada a Lei n.º 2097, que promulgava as «bases do fomento piscícola das águas interiores do País». Desde então, o exercício da pesca nas águas interiores, bem como o fomento piscícola, estavam sujeitos ao regulamento estabelecido pelo Decreto n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962.

Um pouco como tudo o que nos rodeia, também a prática da pesca nas águas interiores, nomeadamente a de carácter lúdico e desportivo, tem vindo a sofrer alterações ao longo dos anos, acompanhando os avanços tecnológicos que proporcionam novos e melhores materiais, melhores técnicas, novas práticas, maior especialização dos praticantes, etc. (Figura 2.1). Consequentemente, denotava-se a necessidade de “renovar” o antigo quadro legal para, dessa forma, melhor enquadrar a legislação com a prática desta actividade actualmente.

![Figura 2.1. Equipamentos e materiais utilizados por um pescador desportivo; 53.º Campeonato do Mundo de Seniores – Rio Mondego, Montemor-o-Velho](image)
A 15 de Fevereiro de 2008, foi publicada a Lei n.º 7/2008 – Lei da Pesca nas Águas Interiores. Esta nova Lei, que «estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das actividades da pesca e da aquicultura nessas águas», entrará em vigor aquando da publicação da legislação complementar necessária para o seu desenvolvimento, sob a forma de Decreto-Lei, e revogará a anterior Lei n.º 2097 e o Decreto n.º 44623 que, entretanto, continuam a regulamentar a actividade da pesca nas águas interiores.

Assim, tendo em conta o novo diploma, pode considerar-se, para efeitos de Lei e demais legislação complementar, como Pesca «a prática de quaisquer actos conducentes à captura de espécies aquícolas no estado de liberdade natural exercida nas águas interiores ou nas respectivas margens». A pesca de carácter recreativo encontra-se dividida em duas categorias: a pesca lúdica e a pesca desportiva. Como Pesca lúdica considera-se «a pesca exercida como actividade de lazer ou de recreio em que não podem ser comercializados os exemplares capturados» (Figuras 2.2 e 2.3) (Lei n.º 7/2008, de 15 de Fevereiro de 2008).

Pesca desportiva é «a pesca lúdica exercida em competição organizada tendo em vista a obtenção de marcas desportivas, incluindo o treino e a aprendizagem» (Figuras 2.4 e 2.5) (Lei n.º 7/2008, de 15 de Fevereiro de 2008).
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

II.4 Figura 2.4. Prova de pesca desportiva; 1.º Campeonato do Mundo de Veteranos – Rio Tâmega, Chaves

Figura 2.5. Prova de pesca desportiva; Campeonato Nacional de Clubes da Zona Norte – Rio Mondego, Penacova

2.3. Benefícios sociais e económicos da pesca recreativa


No entanto, é de salientar o contributo desta actividade recreativa no desenvolvimento de diversos sectores da economia, directa ou indirectamente (Cowx et al, 2010), através de: venda de licenças de pesca; comércio de equipamento e materiais para a prática da pesca; comércio de literatura da especialidade, revistas; DVD's; canais de televisão; transportes; indústria hoteleira e restauração; comércio local e regional; turismo em espaço rural; etc. (Figura 2.6).
Considerando os dados existentes sobre as licenças de pesca desportiva emitidas pela AFN, de 1980 a 2009, é possível constatar que o número de pescadores recreativos aumentou bastante desde início dos anos oitenta até à actualidade (Gráfico 2.1).

**Figura 2.6. Comércio de equipamento e material de pesca, revistas, DVD’s, livros**

Em 1980 foram vendidas, aproximadamente, 72 000 licenças e em 1990 cerca de 129 000 licenças; no ano de 2000 foram emitidas perto de 240 000 licenças, e em 2009 venderam-se
aproximadamente 219 000 licenças de pesca desportiva. Assim, no geral, estes valores atestam uma evolução no sector, que estará associada a uma maior procura de actividades de lazer ao ar livre e a uma vontade de aproximação dos citadinos ao meio rural, sendo neste momento a pesca de carácter recreativo nas águas interiores uma actividade de lazer praticada por cerca de 3% da população portuguesa.

Relativamente aos tipos de licenças de pesca desportiva – licença nacional, regional e licença para concelho, verifica-se um aumento substancial da percentagem de venda de licenças de pesca nacionais e regionais relativamente às licenças de concelho, tal como se pode observar no gráfico seguinte (Gráfico 2.2).

**Gráfico 2.2. Percentagem de Licenças Nacionais, Regionais e Concelhias adquiridas, de 1980 a 2009**

Nota: Os valores relativos às licenças de pesca desportiva vendidas em 1996 não estão disponíveis.

Assim, em 1980 as licenças de pesca desportiva para todo o território nacional representavam cerca de 2% do total e estas, conjuntamente com as regionais, não chegavam aos 24% do total das licenças vendidas (DGF, 2001). Em 1990 as licenças nacionais representavam 10% do total das licenças vendidas e as nacionais mais as regionais atingiram os 42%. A partir de 2000, denota-se um acréscimo na aquisição de licenças de pesca regionais e nacionais e, consequentemente, uma diminuição na percentagem de licenças de pesca para concelhias.
vendidas, contabilizando apenas 2% do total da venda de licenças de pesca desportiva em 2009.

Esse aumento de venda de licenças nacionais e regionais indica uma maior mobilidade dos pescadores e, consequentemente, uma intensificação das despesas feitas com esta actividade, quer através da aquisição de equipamentos, cada vez mais caros (Figura 2.7), quer pelo recurso a infra-estruturas turísticas junto dos locais onde se dirigem para pescar.

Em suma, verifica-se uma disponibilidade, cada vez maior, para despender quantias significativas com esta actividade, principalmente na prática da pesca de competição, ao contrário do que sucedia há alguns anos atrás em que a pesca tinha um carácter local e era praticada na sua maior parte por pessoas com poucos recursos e, portanto, com reduzido impacte na economia (DGF, 2001) (Figura 2.8).

**Figura 2.7.** Alguns dos equipamentos adquiridos pelos pescadores desportivos – equipamentos mais modernos e mais dispêndiosos

**Figura 2.8.** Pescador lúdico – Albufeira do Divor
2.4. Caracterização dos pescadores recreativos

Tal como foi referido anteriormente, existem actualmente perto de 219 mil pescadores recreativos espalhados um pouco por todo o país. Todavia, verifica-se uma maior venda de licenças de pesca desportiva na região Sul, logo seguida do Norte, com valores bastante próximos; na região Centro denota-se um menor número de emissão de licenças de pesca desportiva (considerando como delimitação destas regiões o ordenamento das anteriores Circunscrições Florestais – CF Norte, CF Centro e CF Sul).

Aparentemente, esta é uma actividade que leva ao isolamento de quem a pratica, e por isso está associada a algumas horas de tranquilidade, para alívio do stress causado pelo dia-a-dia atribulado que hoje se vive (Santos et al., 2001) (Figura 2.9).

Contudo, apresenta igualmente uma forte componente social, pois um grande número de pescadores recreativos costuma participar em provas de pesca desportiva, e nas suas jornadas de pesca fazem-se acompanhar normalmente de outros pescadores amigos e de familiares, proporcionando desta forma momentos de convivência e de camaradagem (Figura 2.10).
A maioria dos praticantes da pesca recreativa em águas interiores é do gênero masculino. No entanto, registra-se igualmente a adesão das senhoras a este desporto, existindo mesmo a nível da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva uma Seleção Nacional na modalidade Senhoras, que tem conseguido angariar troféus para Portugal em competições internacionais (Figura 2.11).


Relativamente à faixa etária dos praticantes desta actividade de lazer, verifica-se uma transversalidade nas idades, ou seja, existem pescadores recreativos um pouco de todas as idades. Todavia, registar-se um maior número de pescadores com idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos (Figura 2.12).


Este desporto é praticado, maioritariamente, por indivíduos com uma situação profissional activa e por reformados (Figura 2.13); contudo, denota-se que é uma actividade aprazível para um vasto número de pessoas (Figura 2.14).
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

Figura 2.13. Pescador, reformado, durante o seu momento de lazer – Albufeira de Vale do Gaio


Desta forma, a pesca recreativa apresenta-se como uma opção de lazer, durante os fins-de-semana e nas férias, para aqueles que vivem nos centros urbanos e que gostam de manter um certo contacto com a natureza, sendo, igualmente, uma ocupação saudável do tempo disponível (Figura 2.15).

Figura 2.15. Pescadores lúdicos, em Montemor-o-Velho, durante o fim-de-semana

Como tal, de entre uma série de razões que levam os praticantes a valorizar o exercício da pesca, quer na sua vertente lúdica ou desportiva, é possível salientar os seguintes aspectos:
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

pela vertente desportiva, considerando os desafios que se impõem e a saudável competição (Figura 2.16); pela camaradagem que se estabelece e pelo convívio; pela recreação e exercício físico inerente à prática; pela descontração e contacto com a natureza, que conduz a uma maior apreciação do meio ambiente e até um maior conhecimento e preocupação com o mesmo (Figura 2.17).

Figura 2.16. Participantes no Campeonato de Pesca à Carpa – Albufeira de Montargil

Figura 2.17. Concessão de Pesca Desportiva do Rio Torto – Cativelos, Gouveia
2.5. Despesas dos pescadores recreativos

A principal despesa em que incorrem os pescadores recreativos, tanto os lúdicos como os desportivos, é na compra dos equipamentos e materiais de pesca. Esse investimento pode ir desde os 1 000 € até aos 10 000 €, ou até mesmo superior, principalmente no caso dos pescadores desportivos, que têm uma maior tendência a estarem melhor apetrechados (Figura 2.18), bem como para os praticantes que são detentores de embarcação (Figura 2.19).

![Figura 2.18. Equipamento de pesca (canas, panier (banco), recipientes para engodo e iscos, suportes diversos, manga, camaroeiro, etc.)](image)

![Figura 2.19. Pescadores lúdicos com embarcação – Barragem da Aguieira](image)

No entanto, para além deste investimento inicial, existem ainda outros gastos inerentes às deslocações que têm de realizar – despesas com combustível e outros custos com o transporte, refeições e até em certos casos estadia; para além de todos os iscos e engodo, anzóis, bóias, e outros, que vão tendo de adquirir para as suas pescarias (Figura 2.20 e Figura 2.21). Portanto, relativamente a estas despesas, muitos dos praticantes admitem gastar, em média, quantias até aos 250 €, por jornada. Porém, este valor pode aumentar consoante a
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

II.13

deslocação realizada, se é necessário pernoitar, bem como com o material, os iscos e os engodos adquiridos.

Figura 2.20. Alguns iscos e engodos utilizados pelos pescadores (ver-de-vase, asticot, farinhas)

Figura 2.21. Bóias, anzóis, kits para as canas, e outros materiais

É de salientar o facto de que, no que diz respeito a deslocações que realizam para irem pescar, uma elevada percentagem de pescadores recreativos apresentam uma grande mobilidade, chegando mesmo a deslocar-se 100 km, ou mais; principalmente no caso dos pescadores desportivos que têm de percorrer grandes distâncias para participarem nas respectivas provas de competição. Nos casos em que é preciso pernoitar, muitos recorrem a casa de familiares e amigos, seguindo-se os parques de campismo e os estabelecimentos hoteleiros.

2.6. Provas de pesca lúdica e desportiva

Uma grande parte da actividade da pesca recreativa é realizada no âmbito de provas de pesca lúdica, mobilizadas maioritariamente por Grupos, Associações e Clubes de Pesca, seguindo-se os Grupos e Secções Desportivas de algumas instituições, os Centros Recreativos, Grupos Culturais e INATEL, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e ainda outras instituições como Sindicatos, Clubes de Futebol, Grupo de Moradores e de Amigos, etc., que a par da
organização destes eventos, proporcionam uma maior divulgação desta actividade de lazer, tornando-a mais aliciante e competitiva (Figura 2.22).

Para a realização destas provas de pesca, em águas públicas, as entidades organizadoras têm de enviar um requerimento de pedido de autorização para os serviços da AFN. Após cada concurso, a organização tem a obrigatoriedade de remeter à AFN o formulário «Mapa Estatístico da Prova de Pesca Desportiva», preenchido com a seguinte informação: número de participantes; espécies capturadas, com indicação do número e pesos globais por espécie; tempo utilizado no concurso, com menção da hora do seu início.

Em relação à pesca desportiva de competição em Portugal, começou a apresentar uma certa continuidade a partir de 1940, ao que se seguiu, em 1964, a primeira internacionalização com as provas realizadas nos rios Almonda e Nabão (Guimarães, 1994). Deste então, analisando o histórico dos Mundiais de Rio presente no sítio da Internet da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva (FPPD) (http://www.fppd.pt) podemos constatar que, desde o ano de 1987 até 2009, tiveram lugar, um pouco por todo o país, perto de três dezenas de provas. Na tabela seguinte estão compiladas as provas dos Campeonatos Mundiais, nas diversas modalidades de águas doces, que decorreram ao longo dos anos em Portugal (Figura 2.23).
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

CAMPEONATOS DO MUNDO – HISTÓRICA DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA (FPPD)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>VETERANOS</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SENIORES</td>
<td>34.º CM</td>
<td>40.º CM</td>
<td>4.º CM</td>
<td>49.º CM</td>
<td>11.º CM</td>
<td>53.º CM</td>
<td>1.º CM</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ESPERANÇAS</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>JUNIORES</td>
<td>26.º CM</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DEFICIENTES</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TRUTA ISCO NAT.</td>
<td>1.º CM</td>
<td>1.º CM</td>
<td>3.º CM</td>
<td>6.º CM</td>
<td>1.º CM</td>
<td>1.º CM</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TRUTA ISCO ART.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PLUMA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>CARPA</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ACHIGÃ</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nota: CM – Campeonato Mundial

Figura 2.23. Tabela com histórico dos Campeonatos Mundiais de Pesca que decorreram em Portugal por modalidade, de 1987 a 2009


Figura 2.24. Campeonato do Mundo de Veteranos – Rio Tâmega, Chaves

Para além destas estreias, em Setembro de 2006 Portugal foi o país anfitrião dos Campeonatos do Mundo de Pesca Desportiva, em todas as suas modalidades, tendo-se realizado, de norte a sul, um total de 20 competições, entre as quais 11 foram de modalidades de pesca em águas interiores (Figura 2.25, 2.26 e 2.27).
A par destes Campeonatos Mundiais, ocorrem, ao longo de todo o ano, uma série de outras competições de cariz Nacional e Regional que propiciam, tal como referido anteriormente, a
que o exercício da pesca desportiva constitua, actualmente, um factor de riqueza nacional, com efeitos primários a nível do desenvolvimento regional e local (Figura 2.28, 2.29 e 2.30).

Figura 2.28. Campeonato Nacional de Pesca à Pluma Sénior – Barragem do Lagoacho, Serra da Estrela

Figura 2.29. Campeonato Nacional de Deficientes – Rio Mondego, Montemor-o-Velho

Figura 2.30. Campeonato Regional Individual – Rio Tâmega, Cavez
2.7. A prática da pesca recreativa – locais preferenciais; espécies apelativas; especialização na prática; etc.

A expectativa de pescar muitos peixes, e de tamanho superior à média, é a razão principal que impulsiona a maioria dos pescadores a praticar este desporto, levando-os a preferir um local de pesca em detrimento de outro (Figura 2.31 e Figura 2.32). Contudo, a beleza da paisagem poderá ser também uma das razões que condiciona a escolha do sítio para onde cada pescador prefere ir pescar, bem como a distância que é preciso percorrer para chegar ao pesqueiro, e as condições de acesso ao mesmo (Figura 2.33 e Figura 2.34). Segundo Santos et al (2001), as características que poderão influenciar negativamente a escolha de um local são, frequentemente, a poluição das águas e das margens (Figura 2.35).

Figura 2.31. Barbos (*Barbus bocagei*) no rio Tâmega, em Chaves, e exemplar capturado durante o 1.º Campeonato do Mundo de Veteranos

Figura 2.32. Carpa (*Cyprinus carpio*) capturada na albufeira dos Patudos, em Alpiarça
Figura 2.33. Carapeta – Albufeira do Maranhão; local escolhido para a realização de algumas provas de pesca

Figura 2.34. Concessão de Pesca Desportiva da Albufeira do Alto Cávado – Sezelhe, Montalegre

Figura 2.35. Massa de água poluída, o que torna o local menos apelativo para os pecadores – Rio Mondego

Analisando os locais preferidos pelos pescadores recreativos, particularmente para a realização de provas de pesca, verifica-se uma maior afluentes às albufeiras, sobretudo nas
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

regiões Norte e Sul do país (Gráfico 2.3), considerando como delimitação destas regiões o ordenamento das anteriores Circunscrições Florestais (CF Norte, CF Centro e CF Sul). De facto, é relativamente mais fácil criar condições para a actividade da pesca em albufeiras, onde as margens se apresentam mais homogêneas e sem vegetação ripária (Figura 2.36), do que em rios, pois as suas margens apresentam, normalmente, uma menor acessibilidade e têm características mais heterogêneas (Figura 2.37), com excepção das pistas de pesca, que são troços de rio especificamente remodelados para oferecer aos pescadores recreativos condições mais uniformes (Figura 2.38).

**Gráfico 2.3.** Percentagem de provas de pesca realizadas em rios e em albufeiras (dados de 2006 a 2009)

**Figura 2.36.** Margens da albufeira de Montargil e albufeira do Divor, respectivamente

**Figura 2.37.** Margens do rio Alva e do rio Sôrdo, respectivamente
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

Figura 2.38. Concessão de Pesca Desportiva do Rio Tâmega (pista de pesca de Cavês) – Cavês, Cabeceiras de Basto

No Gráfico 2.4 estão enumeradas as massas de água com registos de provas de pesca desportiva autorizadas pela AFN, para o período de 2006 a 2009, em que se realizaram pelo menos oito provas de pesca (mínimo de duas provas por ano). Salienta-se o número de provas autorizadas para a albufeira do Maranhão e para Crestuma-Lever, nos concelhos de Gondomar e Vila Nova de Gaia e no concelho de Castelo de Paiva, bem como as provas no rio Tâmega, em Amarante, e rio Ave, em Santo Tirso.

Gráfico 2.4. Massas de água com o mínimo de 2 provas de pesca realizadas por ano (de 2006 a 2009)
A pesca de carácter recreativo é normalmente selectiva no que diz respeito a espécies e tamanho dos exemplares, e portanto, indirectamente, a idade e sexo dos peixes capturados, ou a condições comportamentais dos mesmos. Como tal, os pescadores recreativos costumam ter em atenção uma série de condições morfológicas dos peixes, das quais se salientam: o tamanho dos indivíduos que pretendem capturar, o comportamento e a alimentação das espécies alvo, a morfologia da boca, a taxa de crescimento e o metabolismo das espécies (Lewin et al., 2006), bem como um bom conhecimento do local onde vão pescar, para dessa forma melhor seleccionarem os equipamentos, materiais, iscos e engodos a utilizar, as técnicas de captura mais adequadas ao local e às espécies, apurarem a perícia, etc.

As espécies mais procuradas por estes pescadores são: barbos, bogas, carpas, achigãs, trutas fário e arco-íris e, mais recentemente, lúcios. No caso das carpas, achigãs e trutas arco-íris, três espécies exóticas presentes em Portugal, pode considerar-se que foram principalmente introduzidas nas nossas águas interiores para a prática da pesca recreativa (Figura 2.39 e Figura 2.40). Tal como é salientado por Cambray (2003), estas espécies, normalmente apelidadas de espécies desportivas, já se tornaram parte da sociedade global de consumo, situação bem ilustrada com o caso da truta arco-íris que se encontra actualmente em 82 países, e continua a espalhar-se.

Figura 2.39. Carpa, capturada na albufeira de Monte Novo, e achigã (*Micropterus salmoides*)

Figura 2.40. Truta arco-íris (*Oncorhynchus mykiss*) a ser medida, para depois ser devolvida à água; Campeonato Nacional de Pesca à Pluma Sénior – Barragem do Lagoacho, Serra da Estrela
Assim, juntamente com a disseminação destas espécies desportivas, ocorre a divulgação das revistas que abordam as diversas modalidades e especializações de pesca desportiva em águas interiores, bem como a propaganda aos dispendiosos equipamentos e materiais para a prática da pesca direcionada para estes espécimes e das mais modernas técnicas de captura, para além de toda uma série de informação promocional acerca de lugares privilegiados para boas experiências recreativas e de lazer (Figura 2.41).

Consequentemente, com esse aumento de informação sobre a pesca recreativa, o conceito de especialização em determinadas áreas desta actividade tem vindo a ganhar importância e adeptos, denotando-se uma evolução nas preferências dos pescadores e nos estilos de recreação na pesca lúdica e desportiva, bem como uma mudança de participação para práticas com maiores particularidades e especificidades, facto que as torna mais atractivas, como é o caso da pesca ao achigã, à truta com isco artificial, a pesca à pluma (em que grande parte dos praticantes fazem os seus próprios iscos) (Figura 2.42), ou a pesca à carpa, com algumas provas de enduro em que os participantes estão 72 horas, ininterruptas, a pescar (Figura 2.43).
Uma prática que tem vindo a angariar adeptos entre os pescadores recreativos, sobretudo entre os que participam em provas de pesca, é a denominada **pesca sem morte (catch – and release)**, que consiste em devolver à massa de água todos os peixes capturados que estejam em boas condições de sobrevivência, após terem efectuado a sua pesagem (Figura 2.44), ou medição, principalmente no caso das trutas e achiã. Para tal, os exemplares capturados são mantidos vivos numa manga, que se encontra parcialmente imersa na água (Figura 2.45); no caso das provas de pesca à truta, as capturas são imediatamente medidas e devolvidas à água (Figura 2.46). Embora seja considerada como parte de uma consciencialização ecológica pelos pescadores recreativos, esta prática acarreta impactos quer para os peixes libertados, pois pode causar nos indivíduos capturados um **stress** equivalente ao sentido aquando do contacto visual, ou químico, com outros predadores (Cooke *et al.*, 2003), quer para a massa de água e a sua condição trófica, uma vez que não propicia o controlo da biomassa piscícola, como referem Arlinghaus e Niesar (2005).
II.25

Figura 2.45. Manga utilizada para manter o peixe ao longo da prova; é colocada parcialmente imersa de forma a conservar as capturas em boas condições

Figura 2.46. Devolução da truta capturada, em boas condições de sobrevivência (in http://www.equipafimdomundo.blogspot.com)

2.8. Ordenamento dos recursos aquícolas

O património aquícola enfrenta uma série de ameaças, principalmente devido a pressões antropogénicas, tais como: geração de energia eléctrica, uso da terra, poluição, eutrofização, perdas de habitats, fragmentação dos cursos de água e regularização de caudais, introdução de espécies exóticas, navegabilidade ou uso de embarcações de recreio motorizadas, etc. (Lewin et al, 2006) (Figuras 2.47, 2.48, 2.49 e 2.50).

Figura 2.47. Aproveitamento Hidroeléctrico do Alto Rabagão – Pisões, Montalegre
Como é referido por Oliveira et al. (2007), as políticas de gestão da água e dos seus recursos têm merecido crescente atenção, sendo que os planos estratégicos que visam a conservação e o ordenamento dos sistemas aquáticos, bem como a recuperação da sua qualidade ecológica,
têm cada vez maior importância à escala global, de forma a inverter as tendências quer do aumento dos níveis de extinção, quer do decréscimo da condição das comunidades aquáticas.

Cambray (2003) considera que uma das ameaças mais insidiosas à conservação da fauna piscícola é a introdução de espécies exóticas, deliberada ou acidentalmente, que poderá causar impactes sobre as espécies nativas, em grande parte imprevisíveis quer no tempo quer no espaço. Actualmente, a presença dessas espécies em determinadas massas de água é reconhecida como um problema de degradação ambiental, presente a nível mundial, e do qual resulta uma notória perda de biodiversidade (Figura 2.51).

| Figura 2.51. Exemplar de lucioperca (Sander luciperca), e um alburno ou ablete (Alburnus alburnus) juntamente com um exemplar de perca-sol (Lepomis gibbosus), respectivamente; três espécies exóticas presentes nas nossas massas de água |

Por outro lado, algumas dessas espécies apresentam uma grande valia em termos da pesca lúdica e desportiva (nomeadamente o achigã e a carpa), cuja importância socio-económica é muito relevante em Portugal, tornando-se evidente a dificuldade da gestão de interesses, neste caso particular, entre a valorização daquela actividade humana e algumas medidas com objectivos ao nível da conservação. Portanto, o compromisso entre interesses aparentemente antagónicos passará, muito provavelmente, pela implementação de uma gestão piscícola de acordo com o grau de integridade ambiental de cada sistema aquático (Oliveira et al., 2007).

Os pescadores recreativos, bem como todos os interessados nos recursos aquícolas e seus ecossistemas, deverão estar cientes que, para que exista uma boa administração desse património, é necessário operar a três níveis: 1) administrar a nível do habitat, 2) gerir a actividade piscatória em si, e 3) perscrutar as espécies piscícolas existentes (Arlinghaus, 2008). Temáticas recentes sobre pesca recreativa abordam a necessidade de implementar uma gestão sustentável, adoptando para tal príncipios outrora discutidos para a pesca profissional (Arlinghaus et al., 2002; Pikich et al., 2004; Lewin et al., 2006). Assim, no que concerne à gestão das pescas nas águas interiores, esta deve ter como objectivos principais os seguintes aspectos (Hickley et al., 2004): 1) Assegurar a conservação e a diversidade das populações piscícolas, bem como a conservação dos seus habitats; 2) Intensificar o contributo que a pesca lúdica e desportiva tem na economia, quer a nível local quer nacional; 3)
Incrementar o valor social deste desporto, por se tratar de uma forma saudável de recreação (Figura 2.52 e Figura 2.53).

Figura 2.52. Diversidade de habitats e ictiofauna

Figura 2.53. Pescadores lúdicos durante uma tarde de lazer – Rio Tâmega, Ponte de Cazez

Tal como é referido por Collares-Pereira e Cowx (2004), em muitos países existe legislação adequada no que concerne à conservação dos recursos naturais; no entanto, raramente são proporcionalos os meios adequados para a implementação dessa mesma legislação conservacionista, sendo frequentemente usados para rebater esses aspectos argumentos de carácter económico e político. Contudo, a perda de biodiversidade é um tema de importância global, não só pela perda intrínseca associada dos valores éticos e culturais, como também pelas consequências e repercussões na sustentabilidade de certas populações (Lewin et al, 2006). Torna-se, portanto, premente incentivar a investigação nesta área, para desta forma explorar toda a dinâmica que existe entre pescadores recreativos, ecossistema e medidas de gestão, garantindo assim um maior sucesso nas intervenções a realizar.

Actualmente, tendo em conta a grande procura dos recursos aquícolas por parte dos utilizadores, e no sentido de promover uma gestão sustentada, são estabelecidas normas específicas de utilização com o objectivo de proteger as populações piscícolas. Assim, o
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

Estabelecimento das referidas normas é efetuado através da criação de zonas de graus diferentes de protecção, que vai até à total interdição da pesca (DGF, 2001), promovendo desta forma o ordenamento da pesca, e consequentemente dos recursos aquícolas. Estas zonas ordenadas de pesca recreativa englobam: zonas de águas particulares, zonas de pesca reservada, zonas de concessão de pesca desportiva e zonas de pesca proibida – zonas de desova, zonas de abrigo e zonas de protecção. Devem ser devidamente sinalizadas com as respectivas placas, conforme os modelos apresentados na Figura 2.54.

Figura 2.54. Modelo das placas de sinalização para zonas de águas particulares, zonas de pesca reservada, zonas de pesca proibida (zona de protecção) e zonas de concessão de pesca desportiva, respectivamente

Nas zonas de águas particulares o exercício da pesca é direito exclusivo do proprietário, ficando, todavia, submetido à legislação em vigor para a pesca nas águas interiores. Nestas águas, e desde que devidamente sinalizadas, só podem pescar os indivíduos autorizados pelo proprietário (DGF, 2001).

As zonas de pesca reservada têm como objectivo racionalizar de uma forma mais eficaz a utilização dos recursos aquícolas, só sendo permitida a pesca de carácter recreativo. Estas zonas são criadas pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e são geridas pela AFN, estando sujeitas a um regulamento próprio, estabelecido por edital, nomeadamente, o número diário de pescadores, os períodos, processos e meios de pesca, as dimensões mínimas, o número máximo de exemplares e os tipos de licenças especiais obrigatórias (DGF, 2001).
II. Caracterização da Pesca Recreativa em Portugal

Nas zonas de desova, zonas de abrigo e zonas de protecção é proibido o exercício da pesca, com vista a proporcionar protecção às espécies aquícolas e condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Estas zonas são criadas por simples despacho do Presidente da AFN, de forma a possibilitar o seu ajustamento à evolução das populações aquícolas (DGF, 2001).

No que diz respeito às concessões de pesca desportiva, são zonas com regulamento próprio onde só é permitida a pesca recreativa. São geridas por entidades concessionárias, a quem o exclusivo de pesca é autorizado pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, por determinado período de tempo (DGF, 2001). Até Abril de 2008 existiam no nosso país 161 concessões de pesca desportiva, a cargo de 136 diferentes entidades concessionárias (Gráfico 2.5). Dessas 161 concessões, 45 situam-se na região Norte, 49 pertencem ao Centro do país e as restantes 67 estão espalhadas pela zona Sul (Gráfico 2.6).

**Gráfico 2.5.** Grupos de entidades concessionárias existentes até Abril de 2008

**Gráfico 2.6.** Número de concessões de pesca desportiva, por região e tipo de massa de água, existentes em Abril de 2008
Actualmente, e tal como era mencionado na publicação *Gestão dos Recursos Aquícolas em Portugal*, da Direcção-Geral das Florestas (DGF) – Divisão de Pesca nas Águas Interiores (DPAI), de 2001, "as concessões de pesca desportiva constituem actualmente a única forma de participação efectiva dos pescadores na gestão dos recursos, participação essa que se pretende seja cada vez maior".

### 2.9. Considerações finais

O grau em que as actividades recreativas realizadas ao ar-livre, e as áreas ecologicamente protegidas, se tornaram "comercializáveis" pode ser constatado pelo uso frequente de imagens representativas desses momentos de lazer, e dessas paisagens, para propagandear uma série de bens e entidades, públicas ou privadas (Shultis, 2001). Essa crescente procura de bens ambientais, verificada nos últimos anos, teve igualmente o seu reflexo na pesca de carácter recreativo, com o número de indivíduos que procuram na actividade piscatória momentos de lazer e de contacto com a natureza a aumentar significativamente (Santos *et al*, 2001), existindo, actualmente, perto de 219 mil pescadores recreativos.

Assim, pode considerar-se que a pesca de carácter recreativo constitui uma área importante da utilização de recursos biológicos naturais e da gestão de recursos hídricos. Como utilizadores esclarecidos destes recursos, os pescadores recreativos têm um papel preponderante na sua defesa e conservação, desempenhando uma função importante na sensibilização de toda a comunidade para a necessidade de protecção e utilização racional do património aquícola. Como tal, devem adoptar códigos de conduta consistentes com uma ética de conservação dos recursos, assumindo a educação um papel de grande importância, pois servirá como motor para a mudança de atitudes.

Urze, igualmente, incrementar o papel dos recursos aquícolas no desenvolvimento do meio rural, associado ao incremento do turismo no espaço rural, o qual só poderá ser conseguido através de uma participação activa dos utilizadores na gestão destes recursos (DGF, 2001). Desta forma, para além dos consideráveis benefícios sociais e recreativos associados a esta actividade desportiva e de lazer, o crescente desenvolvimento da pesca lúdica e desportiva poderá beneficiar a economia do país, estimulando várias industrias ligadas à área, e chamando à atenção das autoridades competentes para o controlo da poluição da água, exploração dos recursos, degradação do meio ambiente, etc.

Relativamente ao património aquícola, há a salientar o facto das espécies exóticas poderem provocar impactes nas comunidades nativas, mas é indubitável o valor de algumas delas para a pesca recreativa e consequentemente para o desenvolvimento socio-económico de muitas regiões do país (Oliveira *et al*, 2007).
Em suma, tal como Arlinghaus e Mehner (2004) referem, para conseguir uma gestão sustentável dos recursos aquícios é necessário, cada vez mais, para além de estudar as características intrínsecas dos ecossistemas, aprofundar o conhecimento das dimensões humanas inerentes às actividades desenvolvidas nas águas interiores.

2.10. Bibliografia

- Associação Portuguesa de Pesca do Achigã e Defesa da Natureza. URL: www.appa.pt
- Associação Portuguesa de Pesca à Carpa. URL: www.appcarpa.com
- Associação Portuguesa de Pesca à Pluma. URL: www.apppt.pt
- Associação Regional do Norte de Pesca Desportiva. URL: www.arnpd.com
- 1.ª Associação Regional de Pesca Desportiva de Rio. URL: www.arpd.pt
- Autoridade Florestal Nacional. URL: www.afn.min-agricultura.pt


Equipa Fim do Mundo. URL: [www.equipafimdomundo.blogspot.com](http://www.equipafimdomundo.blogspot.com)


Federação Portuguesa de Pesca Desportiva. URL: [www.fppd.pt](http://www.fppd.pt)


Segredos da Pluma. URL: www.segredosdapluma.com

